

Museus brasileiros apresentam falhas em prevenção de incêndios

Alerta é do empresário Rogério Lin, um dos maiores especialistas do Brasil em tecnologias de proteção passiva contra fogo. O recente incêndio em São Paulo que destruiu as instalações e o acervo físico do Museu da Língua Portuguesa, provocando também a morte de um bombeiro civil, expõe a urgência de um amplo debate sobre o rigor no atendimento a regras e padrões de excelência nas instituições museais do Pais.

O alerta é de Rogério Lin, um dos maiores especialistas do Brasil em tecnologias de proteção passiva contra fogo. “Os investimentos em segurança e preservação de patrimônio são inúmeros, mas quase nulos em medidas preventivas capazes de eliminar uma ameaça real que pode, literalmente, acabar com tudo em questão de minutos: os incêndios”.
Segundo o diretor da CKC do Brasil, empresa referência nacional em produtos e treinamentos de proteção passiva contra incêndios, o problema é que muitos museus estão despreparados para receber o público. No caso do Museu da Língua Portuguesa, os bombeiros encontraram inconformidades no projeto contra incêndio e pânico encaminhado à corporação para obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). “É uma situação delicada e que expõe a população a riscos”.
Para o empresário, é de vital importância que a sociedade tenha acesso à informação - não apenas para exigir o cumprimento das leis como também para poder optar por frequentar apenas locais devidamente aprovados pelos Bombeiros. “Muitos não sabem, mas o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo, por exemplo, disponibiliza o link http://goo.gl/NC54Eh e aplicativos no iOS e Play Store que permitem consultas online sobre a regularidade ou não dos museus e estabelecimentos com registro vigente ou cancelado”.
Rogério Lin lista ainda uma série de medidas de prevenção contra fogo que devem ser rigorosamente cumpridas por museus, exposições e locais de grande circulação de pessoas.

Fique de olho.

1.O local deve possuir o alvará ou licença dos Bombeiros. Não basta ter licença da prefeitura. Os riscos de incêndio são avaliados por vistoriadores dos Bombeiros, que aprovam uma série de quesitos antes de autorizar o funcionamento de um estabelecimento. No Estado de SP, tal autorização é conhecida como AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).
2.Materiais como paredes, pisos e forros devem possuir combustibilidade limitada ou serem tratados com produtos antifogo adequados e aprovados pelas normas da ABNT NBR (Norma Brasileira aprovada pela Asssociação Brasileira de Normas Técnicas) para que apresentem baixa propagação de chamas e pouca emissão de fumaça.
3.Atualmente, algumas galerias e museus exigem que exibições e exposições de artistas tenham tratamento antichamas em materiais combustíveis como madeira, tecidos, papelão, plásticos e fibras naturais, entre outros. Esta é uma prática que, amplamente difundida, reduz em muito o risco de princípio de incêndio e sua rápida propagação.
4.Compartimentação de ambientes (paredes, lajes e passagens corta-fogo) é uma demanda que nem sempre é atendida com facilidade em construções históricas antigas com uso abundante de pisos de madeira e que também apresentam falhas em projetos estruturais. Nestes casos, confinar o fogo é trabalho para especialistas que devem desenvolver um novo projeto para resistência mais elevada ao fogo a fim de evitar que as chamas se espalhem com rapidez. Um exemplo de um produto muito utilizado são as cortinas corta-fogo, atualmente presentes em museus renomados como o Louvre, de Paris.
5.É preciso assegurar-se que a estrutura da edificação atende ao TRRF (Tempo Requerido de Resistência ao Fogo) exigido por lei. Em museus, é comum que essa exigência seja de 90 a 120 minutos - e o calculista e o projetista estrutural devem certificar-se que a edificação está em conformidade com a regra, apresentando dados e documentos para comprovação. Um colapso estrutural é perigoso para quem frequenta a edificação e para quem adentra e combate o fogo.

Foto: divulgação
Allameda.com